

Economia - Brasil se

Especulação contra o crescimento

Nos últimos anos, o Brasil superou muitas idéias preconcebidas que tanto atrapalharam a condução da política econômica no passado. Ainda está bem fresca na lembrança a alta de preços em cadeia que costumava ser detonada todas as vezes que o governo anunciava um reajuste dos preços dos combustíveis. A desvalorização da moeda também provocava um realinhamento de preços internos em um patamar muito mais alto do que a taxa de uma máxi ou midides valorização.

A relativa estabilidade de preços conquistada pelo Plano Real tornou o mercado brasileiro bem mais maduro. Mas não nos livramos ainda do catastrofismo. Parece que muitos não perceberam que a economia brasileira atravessa uma fase de crescimento, com as contas públicas em ordem e com a inflação sob controle, como há muitos, muitos anos, não se via..

A força da retomada neste ano é bem demonstrada pela expansão da indústria. O Indicador de Nível de Atividade (INA) da Fiesp apresentou um crescimento de 11,9% em março em relação ao mesmo mês do ano passado (13,5% no primeiro trimestre), intensifica-se o movimento comercial e melhoram as perspectivas para a agricultura, com a alta das cotações dos produtos exportados.

Pelas últimas avaliações, não parece haver dúvida de que o PIB brasileiro pode crescer 4% neste ano ou mesmo superar essa taxa, sem impacto inflacionário. Os números o mostram claramente. No

primeiro quadrimestre deste ano, a inflação acumulada, medida pelo Índice de Preços de Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que vai de 20 de um mês a 20 do seguinte, apresentava em abril um crescimento de 1,98%. Ontem, ao divulgar a primeira prévia desse indicador, a FGV apurou uma deflação, o que faz a taxa acumulada do IGP-M neste ano recuar para 1,93%. É

**A economia
brasileira tem
hoje condições
para crescer
como há muito
tempo não se via**

importante notar que o Índice de Preços no Atacado (IPA), que tem peso 6 no IGP-M, apresentou uma deflação de 0,22%. Há, pois, uma clara tendência para eliminação da defasagem entre o crescimento dos índices de preços ao consumidor e os índices de preços por atacado, o que é uma indicação segura de que a situação interna, sob esse ponto de vista, é tranquila, não sendo a inflação afetada pelo ritmo mais intenso da atividade econômica.

Não há motivo concreto, pois, para as inquietações do mercado financeiro, que está importando uma crise. De fato, a queda pronunciada do índice da Nasdaq, a bolsa americana onde são negociadas ações das empresas de alta tecnologia, teve uma repercussão muito maior no Brasil do que seria de esperar. Este setor tem ganhado importância aqui, mas está longe de ter o peso que se lhe atribui.

O mercado se mostra muito preocupado também com a probabilidade de uma alta da taxa de juros nos Estados Unidos, hoje em torno de 6%, com um novo aumento dos preços do petróleo e ainda com o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre correção monetária dos depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Ora, ninguém pode prever o que fará o Federal Reserve Board (Fed) em sua reunião do dia 16. Existem bons argumentos para aumentar os juros para conter o crescimento nos EUA. E há bons argumentos também para não fazê-lo, o que concorreria para valorizar, e não desvalorizar, o dólar em relação a outras moedas, e ajudaria a reduzir o elevadíssimo déficit em conta corrente dos EUA.

O mercado antecipa uma decisão que seria negativa para o Brasil e outros países importadores de capitais e pressiona por uma alta dos juros internos, que, esta sim, interferirá diretamente sobre a expansão da economia nacional. Quanto ao preço do petróleo, ele oscila constantemente, mas pouco se tem afastado da marca de US\$ 25 o barril. Não há nenhuma razão para supor, salvo pura adivinhação, que o barril irá a US\$ 35 até o fim deste ano.

Quanto ao caso do FGTS, o presidente Fernando Henrique Cardoso oportunamente procurou, ontem, dar um fim a essa especulação. Se tiver de pagar a correção, o Tesouro pode fazê-lo porque tem recursos para tanto, sem prejuízo do superávit primário. E, de qualquer forma, o total a ressarcir não chega a R\$ 70 bilhões. ■